



Serviços de Assistência

Organizações de Maria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2023

Índice

1	Identificação da Entidade	5
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5	Ativos Fixos Tangíveis	15
6	Ativos Intangíveis	16
7	Locações	17
8	Custos de Empréstimos Obtidos	18
9	Inventários	18
10	Rédito	19
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
12	Imposto sobre o Rendimento	20
13	Benefícios dos empregados	20
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
15	Outras Informações	21
15.1	Investimentos Financeiros	21
15.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	22
15.3	Clientes e Utentes	23
15.4	Outras Contas a Receber	24
15.5	Diferimentos	24
15.6	Caixa e Depósitos Bancários	24
15.7	Fundos Patrimoniais	25
15.8	Fornecedores	25
15.9	Estado e Outros Entes Públicos	26
15.10	Outras Contas a Pagar	26
15.11	Subsídios, doações e legados à exploração	26
15.12	Fornecimentos e serviços externos	27
15.13	Outros rendimentos	27
15.14	Outros gastos	28
15.15	Resultados Financeiros	28
15.16	Passivos Contingentes – Divulgação	29
15.17	Acontecimentos após data de Balanço	29

SAOM - Serviços de Assistência Organizações de Maria
NIF 501396861

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2023
(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	<u>5</u>	101 176	76 293
Ativos Intangíveis	<u>6</u>	-	-
Investimentos Financeiros	<u>15.1</u>	162 063	140 387
Subtotal		263 239	216 680
Ativo Corrente			
Inventários	<u>9</u>	510	4 321
Créditos a receber	<u>15.3</u>	23 098	24 194
Acionistas/sócios	<u>15.2</u>	31 338	1 730
Estado e outros entes públicos	<u>15.9</u>	-	-
Diferimentos	<u>15.5</u>	6 003	9 286
Outros ativos correntes	<u>15.4</u>	143 506	589 062
Caixa e depósitos bancários	<u>15.6</u>	59 216	192 750
Subtotal		263 670	821 343
Total do ativo		526 909	1 038 022
Fundos Patrimoniais e Passivo:			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	<u>15.7</u>	10 508	10 508
Resultados Transitados	<u>15.7</u>	244 944	186 259
Outras variações no Fundo Patrimonial	<u>15.7</u>	31 245	31 245
Subtotal		286 697	228 012
Resultado Líquido do Período		(8 583)	58 685
Total do Fundo de Capital		278 114	286 697
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	<u>7/8</u>	21 829	31 942
Subtotal		21 829	31 942
Passivo corrente			
Fornecedores	<u>15.8</u>	59 541	68 171
Estado e outros entes públicos	<u>15.9</u>	12 315	24 323
Financiamentos obtidos	<u>7/8</u>	10 113	9 961
Diferimentos	<u>15.5</u>	29 731	450 055
Outros passivos correntes	<u>15.10</u>	115 267	166 874
Subtotal		226 966	719 383
Total do passivo		248 795	751 325
Total dos Fundos patrimoniais e do passivo		526 909	1 038 022

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2023.

A Direção

O Contabilista Certificado

SAOM - Serviços de Assistência Organizações de Maria
NIF 501396861
 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
 Do período findo em 31 de Dezembro de 2023
 (Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	<u>10</u>	86 563,02	139 532,40
Ganhos/ Perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp. Conjuntas	<u>15.13</u>	122 223,20	101 667,59
Subsídios à exploração	<u>11/15.11</u>	897 317,08	1 136 967,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias primas consumidas	<u>9</u>	(575 362)	(712 246)
Fornecimentos e serviços externos	<u>15.12</u>	(341 610)	(336 326)
Gastos com pessoal	<u>13</u>	(619 957)	(675 284)
Perdas por imparidade		-	-
Outros rendimentos	<u>15.13</u>	442 862	397 931
Outros gastos	<u>15.14</u>	(9 369)	(25 329)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 667	26 912
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	<u>5/6</u>	(10 070)	(9 589)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(7 403)	17 324
Juros e rendimentos similares obtidos	<u>10/15.15</u>	38	42 866
Juros e gastos similares suportados	<u>15.15</u>	(1 218)	(1 504)
Resultado antes de impostos		(8 583)	58 685
Imposto sobre o rendimento do período	<u>12</u>	-	-
Resultado líquido do período		(8 583)	58 685

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2023.

A Direção

O Contabilista Certificado

1 Identificação da Entidade

A S.A.O.M. - Serviços de Assistência Organizações de Maria é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 2020, Série III de 22/09/1994, com sede em Rua das Virtudes, 11. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos na velhice e em todas as situações de falta, ou diminuição, de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho, e
- Promover a satisfação das necessidades biopsicossociais dos indivíduos em risco de exclusão social, da infância à velhice.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se

rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da

respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas ou erros materiais que devessem ser corrigidos.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Edifício Rua das Virtudes nº 11 Porto

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2023	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Ativos fixos tangíveis em curso	Outras ativos fixos tangíveis	Total
<u>Ativo bruto:</u>								
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	19 097	-	99 713,20	193 007,49	123 120,31	-	1 310,67	436 248,48
Aquisições	-	-	-	33 432,94	1 520,28	-	-	34 953,22
Aumento e Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	19 097	-	99 713,20	226 440,43	124 640,59	-	1 310,67	471 201,70
<u>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:</u>								
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	-	-	97 803,62	140 036,17	120 805,41	-	1 310,67	359 955,87
Reforços	-	-	318,24	7 915,59	1 836,36	-	-	10 070,19
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	-	-	98 121,86	147 951,76	122 641,77	-	1 310,67	370 026,06
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2023	19 097	-	1 591,34	78 488,67	1 998,82	-	-	101 175,64

2022	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Ativos fixos tangíveis em curso	Outras ativos fixos tangíveis	Total
<u>Ativo bruto:</u>								
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	19 097	-	99 713,20	193 007,49	122 089,73	-	1 310,67	435 217,90
Aquisições	-	-	-	-	1 030,58	-	-	1 030,58
Aumento e Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	-	-	99 713,20	193 007,49	123 120,31	-	1 310,67	436 248,48
<u>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:</u>								
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	-	-	97 485,36	132 468,84	119 102,40	-	1 310,67	350 367,27
Reforços	-	-	318,26	7 567,33	1 703,01	-	-	9 588,60
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	-	-	97 803,62	140 036,17	120 805,41	-	1 310,67	359 955,87
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2022	-	-	1 909,58	52 971,32	2 314,90	-	-	76 292,61

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2023					Total
	Programas de Computador	Goodwill	Licenças e Autorizações	Outras ativos intangíveis	
<u>Ativo bruto:</u>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4 519,48	-	-	-	4 519,48
Aquisições	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	4 519,48	-	-	-	4 519,48
<u>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:</u>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4 519,48	-	-	-	4 519,48
Reforços	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	4 519,48	-	-	-	4 519,48
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2023	-	-	-	-	-
2022					Total
	Programas de Computador	Goodwill	Licenças e Autorizações	Outras ativos intangíveis	
<u>Ativo bruto:</u>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	4 519,48	-	-	-	4 519,48
Aquisições	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4 519,48	-	-	-	4 519,48
<u>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:</u>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	4 519,48	-	-	-	4 519,48
Reforços	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4 519,48	-	-	-	4 519,48
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2022	-	-	-	-	-

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

	2023			2022		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	60 538,65	15 134,66	45 403,99	60 538,65	7 567,33	52 971,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	60 538,65	15 134,66	45 403,99	60 538,65	7 567,33	52 971,32

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

	2023	2022
	Capital	Capital
Até um ano	10 112,76	9 960,84
De um a cinco anos	21 828,82	31 941,58
Mais de cinco anos	-	-
Total	31 941,58	41 902,42

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	10 112,76	21 828,82	9 960,84	31 941,58
	<u>10 112,76</u>	<u>21 828,82</u>	<u>9 960,84</u>	<u>31 941,58</u>

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Matérias primas e consumíveis	509,53		509,53	4 320,69		4 320,69

2023	Matérias primas e consumíveis	Produtos e trabalhos em curso	Mercadorias	Total
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4 320,69	-	-	4 320,69
Compras/doações	571 551,20	-	-	571 551,20
Reclassificações e regularizações	509,53	-	-	509,53
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	575 362,36	-	-	575 362,36

10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2023	2022
	Mercado nacional	Mercado nacional
Vendas:		
Vendas de mercadorias	-	-
	-	-
Prestações de serviços		
Quotas de utilizadores	64 463,44	51 303,79
Quotas e joias	1 100,00	680,00
Projetos do âmbito social	-	-
Prestação de serviços secundários	20 999,58	87 548,61
Juros, dividendos e outro similares	37,93	42 865,50
Royalties	-	-
	86 600,95	182 397,90
	86 600,95	182 397,90

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

	2023	2022
Subsídios do Governo		
Centro Regional Segurança Social	473 395,99	489 005,61
Outros subsídios extraordinários COVID-19	-	-
	473 395,99	489 005,61
Apoio do Governo		
SICAD	127 550,01	116 708,75
Fundo Social Europeu	82 600,12	104 309,86
IEFP	31 360,64	19 957,06
Autarquias Locais	182 410,32	406 985,92
	423 921,09	647 961,59
Total	897 317,08	1 136 967,20

12 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, por ser uma IPSS a entidade tem isenção definitiva de IRC:

Descrição	2023	2022
IRC Liquidado	-	-
Tributação Autónoma	-	-

13 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram em ambos os anos, cinco. Os órgãos diretivos não são remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de “34” e em 31/12/2022 foi de “50”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	502 524,01	539 777,17
Encargos sobre remunerações	105 593,68	118 949,20
Seguros	6 865,68	12 172,12
Outros	4 973,52	4 385,76
	<u>619 956,89</u>	<u>675 284,25</u>

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

	2023	2022
Investimento em subsidiárias	148 468,31	127 912,70
Método de Equivalência Patrimonial	148 468,31	127 912,70
Outros Métodos	-	-
Investimento em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimento em entidades conjuntamente cc	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimento em outras empresas	-	-
Outros Investimentos Financeiros	13 594,91	12 474,23
Perda por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	<u>162 063,22</u>	<u>140 386,93</u>

Ano de 2023

Subsidiária	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido	% detida	Proporção no resultado
Torreão Empresa Social Unipessoal Lda.	Porto	450 473,75	302 005,31	148 468,44	122 223,20	100%	122 223,20

Ano de 2022

Subsidiária	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido	% detida	Proporção no resultado
Torreão Empresa Social Unipessoal Lda.	Porto	418 652,06	290 739,40	127 912,17	101 667,60	100%	101 667,59

A Empresa Torreão Unipessoal Lda., tem como atividade principal a restauração.

A participação financeira ascende a 148 468,44€. Para determinação do valor utilizou-se o método de equivalência patrimonial de acordo com a nota 3.2.4 Investimentos financeiros.

A entidade está dispensada de elaborar demonstrações financeiras de acordo com o nº 7 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	2 170,00	1 730,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Distribuição Resultados 2022	101 667,60	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	103 837,60	1 730,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Resultados disponíveis	-	-
Outras operações	-	-
Total	103 837,60	1 730,00

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	3 778,74	2 755,23
Utentes	26 706,03	28 825,71
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	-	-
Utentes	- 7 386,52	- 7 386,52
Total	23 098,25	24 194,42

15.4 Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remunerações a pagar ao pessoal	-	-
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	3 020,15
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	5 038,10
Outras operações	-	-
Outros Devedores	143 505,72	581 003,56
Perdas por Imparidade	-	-
Total	<u>143 505,72</u>	<u>589 061,81</u>

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gastos a reconhecer		
Seguros/outros	6 002,97	9 285,76
	<u>6 002,97</u>	<u>9 285,76</u>
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios SICAD/ IEPF /POISE / NORTE 2020	29 730,95	450 054,57
	<u>29 730,95</u>	<u>450 054,57</u>

15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com o seguinte saldo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	2 587,23	5 294,27
Depósitos à ordem	53 628,54	154 455,59
Depósitos à prazo	3 000,00	33 000,00
Total	<u>59 215,77</u>	<u>192 749,86</u>

15.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de	Outras Variações	Total Total
Fundos Patrimoniais:							
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	10 507,66	-	-	186 259,29	-	31 245,11	228 012,06
Aumentos	-	-	-	58 685,16	-	-	58 685,16
Diminuições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	10 507,66	-	-	244 944,45	-	31 245,11	286 697,22

	2023	2022
Outras variações nos fundos patrimoniais		
Ajustamentos de transição	6 245,11	6 245,11
Subsídios ao investimento	25 000,00	25 000,00
	31 245,11	31 245,11

Os ajustamentos em ativos financeiros derivam da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação financeira na empresa Torreão Empresa Social Unipessoal Lda.

15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores Passivos:				
Fornecedores mercado nacional	59 540,97	-	68 170,56	-
Fornecedores mercado intracomunitário	-	-	-	-
Fornecedores outros mercado	-	-	-	-
	59 540,97	-	68 170,56	-

15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC				
Estimativa de imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
Pagamentos por conta	-	-	-	-
Pagamento Especial por conta	-	-	-	-
Retenção impostos s/ rendimento	-	2 066,64	-	3 322,75
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	-	-	6 661,69
Contribuições para a Segurança Social	-	10 248,04	-	13 761,71
Outros Impostos e Taxas	-	-	-	577,32
	-	12 314,68	-	24 323,47

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	2 100,26	-	858,15	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	45,42	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Cretores por acréscimo de gastos	60 434,58	-	59 924,36	-
Adiantamentos clientes/utentes	-	-	5 331,86	-
Outros credores	52 731,89	-	100 714,05	-
Total	115 266,73	-	166 873,84	-

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	473 395,99	489 005,61
Subsídios de outras entidades	423 921,09	647 961,59
Doações e heranças	-	-
Legados	-	-
Total	897 317,08	1 136 967,20

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	200 751,55	142 322,27
Materiais	19 416,62	10 897,24
Energia e fluidos	76 502,16	96 757,07
Deslocações, estadas e transportes	587,07	1 524,45
Serviços diversos	44 352,65	84 824,88
	<u>341 610,05</u>	<u>336 325,91</u>

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	4,49
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	122 223,33	101 667,59
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	-
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 000,00	-
Outros rendimentos	441 861,89	397 926,02
Total	<u>565 085,22</u>	<u>499 598,10</u>

Em outros rendimentos destaca-se o montante de donativos em espécie (bens alimentares) que ascendeu a 411.612,29€, sendo que os donativos em numerário ascenderam os 23.328,54€.

Em rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos regista-se o montante de 122.223,33€ relativo ao investimento ajustado pelo valor correspondente á participação no resultado líquido da entidade Torreão empresa social Unipessoal Lda. Por contrapartida de ganhos do período.

15.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos	143,21	570,20
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos em investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos	9 225,55	24 759,27
Total	<u>9 368,76</u>	<u>25 329,47</u>

No ano de 2023 em outros gastos evidencia-se o registo de perdas em execução de projetos no montante de 7.943,42.

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	922,06	1 504,04
Diferenças de câmbios desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamentos	296,25	-
Total	<u>1 218,31</u>	<u>1 504,04</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros obtidos	37,93	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros Rendimentos similares	-	42 865,50
Total	<u>37,93</u>	<u>42 865,50</u>
Resultados Financeiros	<u>- 1 180,38</u>	<u>41 361,46</u>

15.16 Passivos Contingentes – Divulgação

No período de 2020 foram prestadas duas garantias pela SAOM como avalista de dois empréstimos bancários Linha Caixa Invest COVID Negócios, no montante total de 150.000,00€, em titulação e garantia das responsabilidades emergentes da celebração dos contratos de financiamento celebrados pela sua participada Torreão Empresa Social Unipessoal Lda. Com a Caixa Geral de Depósitos. A prestação de garantia como avalista foi aprovada em Assembleia Feral de 30 de junho de 2020, com respetiva ratificação em Assembleia de 3 de agosto de 2020. Os financiamentos foram aprovados pela Caixa Geral de Depósitos em 5 de agosto de 2020 com período de carência 18 meses.

Em 31-12-2023 os empréstimos bancários Linha Caixa Invest Covid Negócios registavam o montante em dívida de 64.858,00 € na sua participada.

15.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 27 de março de 2024.

Miragaia, 27 março 2024

O Contabilista Certificado

A Direção
